



Tribunal Regional Eleitoral
do Pará

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2023-2024



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

Presidente

Desembargador **JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO**

Vice-Presidente e Corregedor

NATHALIE CHRISTINA DE OLIVEIRA CASTRO

Diretora-Geral

FELIPE HOUAT DE BRITO

Secretário

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

FELIPE HOUAT DE BRITO

Secretário de Tecnologia da Informação

ROBERTO LOPES ROCHA

Assessor de Governança de TI

MARIA DO SOCORRO COIMBRA MOREIRA

Chefe de Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação

ANTÔNIO EDIVALDO DE OLIVEIRA GASPAR

Coordenador de Gestão da Segurança da Informação e Infraestrutura de Data Center

LUIZ EDUARDO ALVES DE ALCÂNTARA

Chefe da Seção de Defesa Cibernética

MANOEL FREDERICO BELTRÃO ROSAS JÚNIOR

Seção de Soluções Corporativas

ALESSANDRO DOS SANTOS CRUZ

Coordenador de Redes e Suporte

LUCAS RIBEIRO RODRIGUES

Chefe da Seção de Apoio ao Usuário

DANIEL NELO SOARES

Chefe da Seção de Redes

DILSON ATHIAS MESQUITA

COORDENADOR DE LOGÍSTICA DE ELEIÇÕES

DAVE PINHEIRO SILVA

Chefe da Seção de Votação Eletrônica

TIAGO DE JESUS NEVES

Chefe do Núcleo Gestor de Urnas Eletrônicas

ALCIDES RENATO DA SILVA PAMPLONA JÚNIOR

Chefe da Seção de Logística



SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ANTÔNIO MÁRIO SOUZA DE ALMEIDA

Chefe da Seção de Administração do Cadastro Eleitoral

DANIEL DE LIMA SILVA JÚNIOR

Coordenador de Sistemas

JOSÉ RIBAMAR MONTEIRO DA CRUZ

Chefe da Seção de Desenvolvimento de Sistemas

SANDRO MARCELO ATI TADAIESKY

Chefe da Seção de Administração de Dados e Inteligência de Negócio

Sumário

INTRODUÇÃO	6
OBJETIVOS DO PDTI	7
METODOLOGIA	8
DOCUMENTO DE REFERÊNCIA	10
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	11
REFERENCIAL ESTRATÉGICO	13
INICIATIVAS DA TI	15
PDTI 01 - NOVO DATA CENTER TRE-PA	15
PDTI 02 - SOLUÇÃO DE AUDITORIA DE ARQUIVOS E E-MAILS	16
PDTI 03 - IMPLANTAÇÃO DE PLATAFORMA DE SEGURANÇA E VIRTUALIZAÇÃO DE REDE	17
PDTI 04 - IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO NETWORK DETECTION AND RESPONSE (NDR)	18
PDTI 05 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE BACKUP E RESTORE PARA PLATAFORMA KUBERNETES	19
PDTI 06 - IMPLANTAÇÃO DE SEGURANÇA DE DOMÍNIO E ENDPOINTS EM TODAS AS ZONAS ELEITORAIS	20
PDTI 07 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM	21
PDTI 08 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE AUTENTICAÇÃO MULTIFATORIAL (MFA).	22
PDTI 09 - SOLUÇÃO DE SIEM COM ELASTICSEARCH E KIBANA	23
PDTI 10 - PROGRAMA DE CONSCIENTIZAÇÃO E CULTURA EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	24
PDTI 11 - DESENVOLVIMENTO DE PROTOCOLOS DE GESTÃO DE CRISES, INCIDENTES E INVESTIGAÇÃO DE ILÍCITOS CIBERNÉTICOS	25
PDTI 12 - CARTÓRIO CONECTADO 2.0	26
PDTI 13 - VOTA ÁGIL	27
PDTI 14 - ELEIÇÕES NO MAPA	28
PDTI 15 - IARA JUD	29

Introdução

Nos termos do [Guia Estratégico de TIC](#) do Poder Judiciário, disponibilizados por meio da [Resolução CNJ nº 370/2021](#), que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento que detalha os processos de TI, por meio do qual tornará as definições do nível estratégico em realidade, focando em metas e ações de médio prazo e os planos de ação se situam no nível operacional e visam auxiliar a execução das ações e o alcance das metas definidas.

Neste sentido, o planejamento de TI, consubstanciado no PDTI, deve estar alinhado e integrado com o planejamento estratégico da Instituição, cujo objetivo é estabelecer os principais projetos e metas da área de TI para o período compreendido. Além disso, o referido planejamento é uma exigência governamental que tem como fundamento o Decreto-Lei nº 200/67, a Constituição Federal, além de diversos acórdãos do Tribunal de Contas da União.

O processo de construção teve início em fevereiro de 2023, por ocasião da mudança de gestão do Tribunal Regional Eleitoral para o biênio 2023-2024, com a participação do gabinete da STI e das coordenadorias. Adicionalmente, foram sendo construídos: o Plano de Contratações para o exercício 2023 - tanto para as ações ordinárias quanto para Pleitos - aperfeiçoamento do Plano de Contratações para o exercício 2022, Plano de Capacitações, bem como o alinhamento com as principais diretrizes da Administração do Tribunal e do Tribunal Superior Eleitoral.



Objetivos do PDTI

Abaixo são listados oito objetivos que pretende-se alcançar com a construção deste PDTI:

- Aumentar a satisfação dos usuários do sistema judiciário;
- Promover a transformação digital;
- Reconhecer e desenvolver as competências dos colaboradores;
- Buscar a inovação de forma colaborativa;
- Aperfeiçoar a governança e a gestão;
- Aprimorar a aquisições e contratações;
- Aprimorar a segurança da informação e a gestão dos dados;
- Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas.

Metodologia

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTI 2023-2024 – é a consolidação do planejamento estratégico de TIC para o ciclo de 2021 a 2026, revisado anualmente, que vincula-se:

- Ao Plano Estratégico Institucional do TRE-PA (PEJEPA), e este último aos planejamentos estratégicos do Poder Judiciário (CNJ) e da Justiça Eleitoral (TSE);
- Ao Planejamento de TIC da Justiça Eleitoral, por meio do apoio do Grupo de Trabalho da ENTIC-JUD criado pela portaria TSE nº 172 de 23/03/2021;
- À Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD: Resolução nº 370 / 2021 do CNJ);
- À Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral, Resolução TSE nº 23.644/2021;

Para a implementação do plano foram realizadas as fases de Preparação, Diagnóstico, Construção, e Execução e Monitoramento.

Fase de preparação:

- Definição da equipe responsável;
- Consolidação dos documentos de referência para trabalhar.

Fase de diagnóstico:

- Análise de SWOT para posicionar a TI no contexto organizacional;
- Avaliação do PDTI anterior.



Construção:

- Definição do Referencial Estratégico: missão, visão e valores, bem como dos princípios que nortearam a elaboração do PDTI;
- Definição dos objetivos estratégicos de TIC a serem trabalhados no sexênio 2021-2026, com base na ENTIC-Jud e no PEI;
- Elaboração dos projetos de iniciativa da TI.

Execução e monitoramento:

- Acompanhamento das metas e iniciativas;
- Revisões periódicas, pelo menos anualmente.

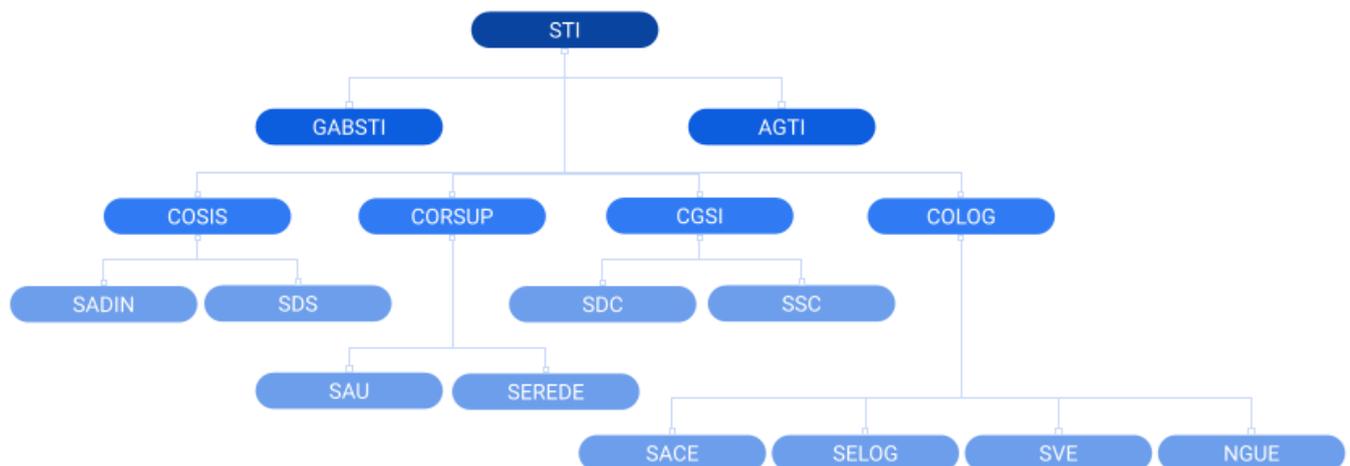


Documento de referência

- Resolução CNJ nº 370/2021;
- Guia Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário - versão 1.0 - CNJ;
- Resolução TRE/PA Nº 5685/2021, que institui o Plano Estratégico Institucional do TRE-PA[2021-2026].

Estrutura organizacional

A Secretaria de Tecnologia da Informação está estruturada de acordo com o seguinte organograma:



- STI - Secretaria de Tecnologia da Informação;
 - GABSTI - Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação;
 - AGTI - Assessoria de Governança de TI;
 - COSIS - Coordenadoria de Sistemas;
 - SADIN - Seção de Administração de Dados e Inteligência de Negócios;
 - SDS - Seção de Desenvolvimento de Sistemas;
 - CORSUP - Coordenadoria de Redes e Suporte;
 - SAU - Seção de Apoio ao Usuário;
 - SEREDE - Secretaria de Redes;
 - CGSI - Coordenadoria de Gestão da Segurança da Informação e Informação de Data Center;
 - SDC - Secretaria de Defesa Cibernética;
 - SSC - Seção de Soluções Corporativas;
 - COLOG - Coordenadoria de Logística de Eleições;
 - SACE - Seção de Administração do Cadastro Eleitoral;



- SELOG - Seção de Logística;
- SVE - Seção de Votação Eletrônica;
- NGUE - Núcleo Gestor de Urnas Eletrônicas.

Referencial estratégico

Buscou-se o alinhamento com o estabelecido pela Resolução nº 370 de 28/01/2021 do Conselho Nacional de Justiça, a qual instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o sexênio 2021-2026, em harmonia com os macrodesafios do Poder Judiciário, em especial com o que estabelece o “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e a Proteção de Dados”, trazendo as perspectivas dos objetivos estratégicos e a meta para os Órgãos do Poder Judiciário até 2026.

I – Objetivos estratégicos, distribuídos em três perspectivas:

a) Sociedade:

- Objetivo 1: Aumentar o nível de satisfação dos usuários do sistema judiciário;
- Objetivo 2: Promover a transformação digital;

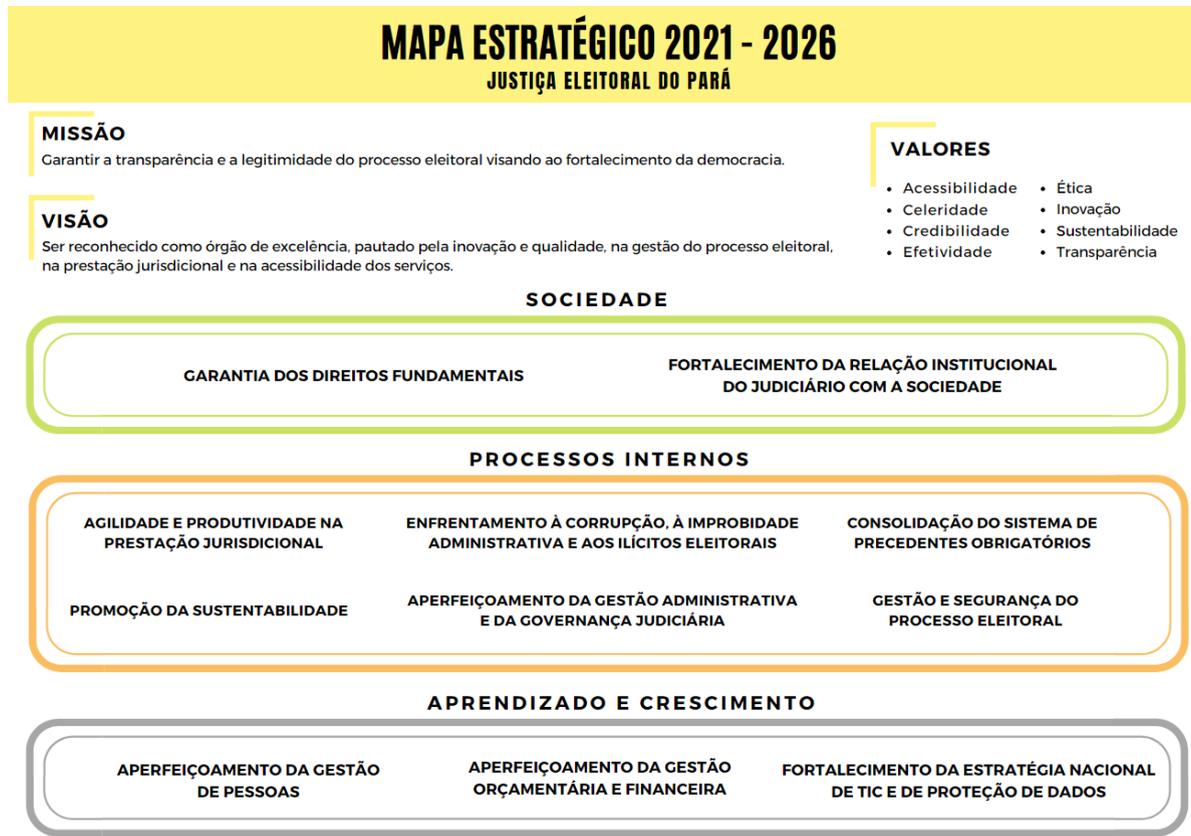
b) Aprendizado e Crescimento:

- Objetivo 3: Reconhecer, desenvolver e aprimorar as competências dos colaboradores;
- Objetivo 4: Buscar a inovação de forma colaborativa;

c) Processos Internos:

- Objetivo 5: Aperfeiçoar a governança e a gestão;
- Objetivo 6: Aprimorar as aquisições e contratações;
- Objetivo 7: Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados;
- Objetivo 8: Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas.

II – Meta: Atingir no mínimo 75% dos órgãos do Poder Judiciário com nível de maturidade satisfatório no índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD) até dezembro de 2026.



Iniciativas da TI

As iniciativas de TI foram divididas por coordenadorias, conforme o disposto.

- **CGSI - COORDENADORIA DE GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DE DATA CENTER:**

PDTI 01 - NOVO DATA CENTER TRE-PA	
Descrição geral	<i>Construção do novo Datacenter do Tribunal, objetivando a preservação dos investimentos realizados nos equipamentos ativos de TI e de armazenamento, assim como a garantia da proteção de dados, a privacidade e segurança das informações custodiadas e a maximização da disponibilidade de serviços aos jurisdicionados.</i>
Motivação, Objetivos e Benefícios	<p><i>O TRE-PA, possui dois ambientes de Datacenter no qual estão hospedados diversos recursos de Tecnologia da Informação, constituído em sua maioria de ativos de informação, plataformas e sistemas integrados virtualizados, conforme a seguir:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Todos os sistemas Intranet, em produção e homologação; • Banco de Dados Oracle (produção); • Sistema de Backup em Disco e Fita; • Central de telefonia VoIP; • Servidor de gravação do sistema de videomonitoramento do Tribunal; • Equipamentos de Segurança da Informação; • Equipamentos de infraestrutura necessários à interligação do Datacenter à Rede LAN do TRE-PA; • Equipamentos ativos de redes de comunicação locais e de longa distância. <p><i>A infraestrutura do Data Center atual do TRE-PA encontra-se, em sua maior parte, instalada dentro de um Rack-cofre (Modular-safe, fabricante Rittal/Lampertz), em regime de confinamento permanente. Logo, existe a necessidade de substituição do atual Centro de Processamento de Dados (Data Center) do TRE-PA, assim como prover atualização, ampliação e redundância visando aumentar a disponibilidade dos sistemas, uma vez que o Data Center atual não é adequado às gerações mais recentes de equipamentos e ao nível de exigência das plataformas utilizadas para suportar dos processos digitais, tais como PJ-e e SEI.</i></p>
Referencial Estratégico	FTIC - Fortalecimento da Estratégia Nacional De Tic e de Proteção de Dados ▾
Referencial Legal	Resolução CNJ nº 370/2021 ▾ Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024) ▾ LEI Nº 13.709/2028 (LGPD) ▾
Orçamento estimado	R\$ 4.043.800,00
Período (início e fim)	Janeiro de 2023 a dezembro de 2024
Unidades Responsáveis	CGSI - Coordenadoria de Gestão da Segurança da Informação e Infraestrutura e Data Cen... ▾
Principais Clientes	Magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras, colaboradores.
Contratos Relacionados	N/A
GRÁFICOS E OUTRAS IMAGENS DE APOIO	
  	

PDTI 02 - SOLUÇÃO DE AUDITORIA DE ARQUIVOS E E-MAILS	
Descrição geral	<i>Contratação e Implantação de solução de auditoria de arquivos e e-mails para detecção e resposta a incidentes cibernéticos.</i>
Motivação, Objetivos e Benefícios	<p><i>Dentre as motivações, objetivos e benefícios associados à implantação de solução de auditoria de arquivos e e-mails, podemos destacar:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Conformidade com regulamentações: como órgão da administração pública, o TRE-PA está sujeito a regulamentações rígidas de proteção de dados e segurança cibernética, como a LGPD e a Resolução CNJ N° 396/2021, dentre outras, que exigem que elas protejam os dados pessoais e sensíveis. A solução de auditoria de arquivos e e-mails auxilia no cumprimento destas regulamentações, fornecendo uma solução abrangente de auditoria e gerenciamento de dados;</i> • <i>Melhoria da eficiência operacional: Com a automatização de tarefas relacionadas ao gerenciamento de dados, como classificação e retenção de dados, tornando o processo mais eficiente;</i> • <i>Monitoramento de usuários privilegiados: Os usuários com privilégios elevados, como administradores de sistema, têm acesso a informações críticas e são frequentemente alvos de ataques cibernéticos. Através deste projeto pretende-se prover soluções que ajudem a monitorar e auditar as atividades desses usuários, garantindo que eles usem seus privilégios de forma responsável e reduzindo o risco de abuso ou comprometimento;</i> • <i>Prevenção de ransomware: O ransomware é um tipo de ataque cibernético que pode criptografar dados e bloquear o acesso a eles até que um resgate seja pago. A solução de Auditoria de Arquivos e E-mails auxilia a detecção e resposta a atividades maliciosas, incluindo tentativas de ransomware, protegendo assim os dados institucionais contra ameaças;</i> • <i>Auxiliar a proteção dos dados institucionais, fornecendo visibilidade sobre quem está acessando os dados, como estão sendo acessados e o que está sendo feito com eles. Isso permite detectar e responder rapidamente a qualquer atividade suspeita ou mal-intencionada, reduzindo o risco de violações de dados;</i> • <i>Prevenir, detectar e auxiliar na gestão de incidentes cibernéticos.</i>
Referencial Estratégico	FTIC - Fortalecimento da Estratégia Nacional De Tic e de Proteção de Dados ▾
Referencial Legal	Resolução CNJ nº 370/2021 ▾ Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024) ▾ Resolução CNJ nº 396/2021 ▾ Portaria CNJ Nº 162/2021 ▾ LEI Nº 13.709/2028 (LGPD) ▾
Orçamento estimado	R\$ 2.500.000,00 (3 anos)
Período (início e fim)	Janeiro de 2023 a dezembro de 2024
Unidades Responsáveis	SDC - Seção de Defesa Cibernética ▾
Principais Clientes	Magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras, colaboradores.
Contratos Relacionados	N/A
Observações	Processo SEI Associado 0000100-12.2023.6.14.8000
GRÁFICOS E OUTRAS IMAGENS DE APOIO	

PDTI 03 - IMPLANTAÇÃO DE PLATAFORMA DE SEGURANÇA E VIRTUALIZAÇÃO DE REDE	
Descrição geral	Contratação de solução de virtualização de redes do data center definido por software (SDDC), análise do tráfego de rede, detecção e prevenção de intrusões no ambiente de Data Center virtualizado.
Motivação, Objetivos e Benefícios	<p><i>Motivação: O TRE-PA utiliza a virtualização de servidores para prover a racionalização de recurso de tecnologia de informação, permitindo o compartilhamento de recursos de um computador em máquinas virtuais independentes e distintas possibilitando assim o melhor aproveitamento de hardware, a redução de custos de aquisição de equipamentos e de infraestrutura, o gerenciamento centralizado e a alta disponibilidade de serviços e sistemas de TI, sendo a empresa VMware a fornecedora do software de virtualização utilizado por este Tribunal. Assim, em virtude da necessidade de manter a disponibilidade dos serviços de TI, é necessário prover o licenciamento e consequente suporte e direito de atualização de versão da solução de virtualização VMware, utilizadas na infraestrutura do datacenter do TRE-PA, pelo período de 36 (trinta e seis meses). A escolha da solução ocorreu em virtude da escolha pela aquisição complementar de infraestrutura existente, 10(dez) nós de hiper convergência que rodam VMware vSphere Enterprise Plus.</i></p> <p><i>Objetivo: Contratação da subscrição do software VMware vCenter Server Standard, aquisição de licença e serviço de subscrição do VMware NSX Data Center Advanced e do VMware Advanced Threat Preventions Add-on, garantindo atualização, update, upgrades, garantia e suporte técnico às referidas soluções, além da contratação de serviços de consultoria VMware Professional Services - PSO Credits.</i></p> <p><i>Benefícios esperados:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da segurança da informação e proteção de dados, uma vez que haverá contínua atualização do ativos de software; • Redução de riscos de segurança da informação e computacional; • Garantia de manutenção do ambiente de produção, por meio de subscrição para atualização das licenças durante o período contratado.
Referencial Estratégico	FTIC - Fortalecimento da Estratégia Nacional De Tic e de Proteção de Dados ▾
Referencial Legal	Resolução CNJ nº 370/2021 ▾ Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024) ▾ Resolução CNJ nº 396/2021 ▾
Orçamento estimado	R\$ 3.561.850,00 (3 anos)
Período (início e fim)	Abril de 2023 a Maio de 2024
Unidades Responsáveis	SDC - Seção de Defesa Cibernética ▾
Principais Clientes	Magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras, colaboradores.
Contratos Relacionados	N/A
Observações	<ul style="list-style-type: none"> • Processo SEI Associado SEI 0009617-12.2021.6.14.8000 • ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12 / 2023
GRÁFICOS E OUTRAS IMAGENS DE APOIO	
	

PDTI 04 - IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO NETWORK DETECTION AND RESPONSE (NDR)	
Descrição geral	<i>Contratação de Solução de inteligência cibernética voltados para monitoramento, coleta e análise de dados, interno e externo, sobre ameaças cibernéticas do ambiente de rede do TRE-PA.</i>
Motivação, Objetivos e Benefícios	<i>Trata-se da necessidade de contratação de serviço continuado para monitoramento do ambiente informatizado do TRE-PA, contra ameaças cibernéticas voltadas principalmente contra a disponibilidade, integridade e confiabilidade dos seus serviços e sistemas computacionais.</i> <i>Para tanto, visa aprimorar o ambiente de rede de computadores do TRE-PA, no que se refere à gestão e respostas a incidentes de segurança da informação.</i>
Referencial Estratégico	FTIC - Fortalecimento da Estratégia Nacional De Tic e de Proteção de Dados ▾
Referencial Legal	Resolução CNJ nº 370/2021 ▾ Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024) ▾ LEI Nº 13.709/2028 (LGPD) ▾
Orçamento estimado	R\$1.600.000,00 (2 anos)
Período (início e fim)	Março de 2023 a Outubro de 2023
Unidades Responsáveis	SDC - Seção de Defesa Cibernética ▾
Principais Clientes	<i>Magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras, colaboradores.</i>
Contratos Relacionados	N/A
Observações	<i>Processo SEI Associado SEI 0014431-33.2022.6.14.8000 (obs: Edital IRP TRE-DF)</i>
GRÁFICOS E OUTRAS IMAGENS DE APOIO	
<div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;">   </div>	



PDTI 05 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE BACKUP E RESTORE PARA PLATAFORMA KUBERNETES

Descrição geral	<i>Contratação de solução de backup/restore para a camada de abstração de microserviços, com funcionalidades de painel de gerência, controle granular do backup e restauração dos objetos, cópia dos dados para storage em nuvem e restore inter-cluster.</i>
Motivação, Objetivos e Benefícios	<p><i>A SSC- Seção de Soluções Corporativas, responsável pela gestão da plataforma kubernetes nesta Justiça Especializada, percebe a necessidade de haver clusters mais específicos, para implantação de aplicações de infraestrutura que apoiem o bom funcionamento e resiliência do cluster atual. Razão pelo qual o custo de manutenção da disponibilidade da infraestrutura aumenta exponencialmente.</i></p> <p><i>Neste contexto, a disponibilidade e a integridade de dados é um dos pilares da cibersegurança, bem como um reduzido tempo de restabelecimento das aplicações em caso de sinistro.</i></p> <p><i>Portanto, dada a importância que a plataforma kubernetes adquiriu neste Regional, demonstrada pelo rol de sistemas atualmente implantados, faz-se necessário a contratação de uma solução de backup/restore mais adequada para esta camada de abstração, com funcionalidades de painel de gerência, controle granular do backup e restauração dos objetos, cópia dos dados para storage em nuvem e restore inter-cluster.</i></p>
Referencial Estratégico	FTIC - Fortalecimento da Estratégia Nacional De Tic e de Proteção de Dados ▾
Referencial Legal	Resolução CNJ nº 370/2021 ▾ Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024) ▾ LEI Nº 13.709/2028 (LGPD) ▾
Orçamento estimado	R\$260.000,00 (5 anos)
Período (início e fim)	Março de 2023 a Outubro de 2023
Unidades Responsáveis	SSC - Seção de Soluções Corporativas ▾
Principais Clientes	Magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras, colaboradores.
Contratos Relacionados	N/A
Observações	Processo SEI Associado SEI 0010943-70.2022.6.14.8000

GRÁFICOS E OUTRAS IMAGENS DE APOIO



PDTI 06 - IMPLANTAÇÃO DE SEGURANÇA DE DOMÍNIO E ENDPOINTS EM TODAS AS ZONAS ELEITORAIS

Descrição geral	<i>Trata-se da inclusão no novo domínio Windows Server dos computadores das Zonas Eleitorais e implantação de segurança de endpoints com Cyberark EPM, Antivírus e Ivanti (inventário e controle de patches)</i>
Motivação, Objetivos e Benefícios	<p><i>A defesa cibernética é composta por várias camadas de segurança, onde a proteção de estações de trabalho é considerada fundamental para a estratégia de detecção e respostas a ataques cibernéticos.</i></p> <p><i>Para tanto, dentre as principais ações elencamos para proteção de Estações de Trabalho, elencamos a estratégia de inclusão no Domínio Windows e a instalação de software endpoint para para proteção e aumento da segurança de estações de trabalho.</i></p> <p><i>Com relação à inclusão no Domínio Windows, ocorre principalmente em razão da necessidade de retirada do Sistema SIS das estações de trabalho das Zonas Eleitorais, e a necessidade de ampliar o controle por meio do gerenciamento centralizada, facilitando a aplicação de políticas de segurança, autenticação e auditoria centralizada através do Active Directory, assim como o uso de políticas de segurança podem ser aplicadas aos usuários, grupos e estações de trabalho em um domínio.</i></p> <p><i>Por outro lado, a adoção de Softwares de endpoint para proteção e aumento da segurança de estações de trabalho oferecem diversas vantagens, incluindo detecção de ameaças em tempo real, proteção contra vulnerabilidades conhecidas, controle de aplicativos e monitoramento e gerenciamento centralizado.</i></p>
Referencial Estratégico	FTIC - Fortalecimento da Estratégia Nacional De Tic e de Proteção de Dados ▾
Referencial Legal	Resolução CNJ nº 370/2021 ▾ Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024) ▾ LEI Nº 13.709/2028 (LGPD) ▾
Orçamento estimado	
Período (início e fim)	Março de 2023 a março de 2024
Unidades Responsáveis	SDC - Seção de Defesa Cibernética ▾
Principais Clientes	Magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras, colaboradores.
Contratos Relacionados	<ul style="list-style-type: none">• CONTRATO Nº 241 / 2022• CONTRATO Nº 12 / 2023• CONTRATO Nº 17 / 2022
Observações	Processo SEI Associado

GRÁFICOS E OUTRAS IMAGENS DE APOIO

CYBERARK
ENDPOINT PRIVILEGE
MANAGER



PDTI 07 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM

Descrição geral	<i>Contratação de empresa para prestação de serviços em Cloud Computing (computação em nuvem) na modalidade de IaaS (Infrastructure as a Service)</i>
Motivação, Objetivos e Benefícios	<p>A adoção da computação em nuvem para publicação de aplicações deve proporcionar inúmeras vantagens para o Tribunal. Dentre as principais vantagens, podemos mencionar:</p> <ul style="list-style-type: none">• <i>Escalabilidade: A computação em nuvem permite o dimensionamento rápido de recursos de TI para atender às demandas dos usuários, sem a necessidade de investir em hardware e infraestrutura física adicional;</i>• <i>Redução de custos: Ao utilizar a computação em nuvem, é possível reduzir os custos associados à manutenção de infraestrutura física, como servidores e sistemas de armazenamento. Além disso, existe a vantagem de poder pagar apenas pelos recursos utilizados, em vez de pagar por recursos excedentes que não são utilizados;</i>• <i>Flexibilidade: A computação em nuvem permite que os usuários acessem os aplicativos e dados do órgão de qualquer lugar, a qualquer momento, desde que tenham acesso à Internet. Isso proporciona mais flexibilidade para a força de trabalho, permitindo que os funcionários trabalhem remotamente ou a partir de dispositivos móveis;</i>• <i>Segurança: As plataformas em nuvem geralmente oferecem níveis avançados de segurança e proteção de dados, incluindo backups automáticos, monitoramento constante e controle de acesso;</i>• <i>Disponibilidade: As plataformas em nuvem incluem serviços de monitoramento constante, backups automáticos e outras medidas de proteção para garantir que os aplicativos estejam sempre disponíveis. Além disso, muitas plataformas em nuvem oferecem recursos de redundância, como a replicação de dados em vários data centers geograficamente distintos, o que ajuda a garantir a continuidade dos negócios em caso de falha em um dos data centers.</i>
Referencial Estratégico	FTIC - Fortalecimento da Estratégia Nacional De Tic e de Proteção de Dados ▾
Referencial Legal	Resolução CNJ nº 370/2021 ▾ Resolução TSE Nº 23.644/2021 (PSI/JE) ▾ LEI Nº 13.709/2028 (LGPD) ▾
Orçamento estimado	R\$250.000,00 (12 meses)
Período (início e fim)	Julho de 2023 a junho de 2024
Unidades Responsáveis	SSC - Seção de Soluções Corporativas ▾
Principais Clientes	Magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras, colaboradores.
Contratos Relacionados	N/A

GRÁFICOS E OUTRAS IMAGENS DE APOIO



PDTI 08 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE AUTENTICAÇÃO MULTIFATORIAL (MFA).

Descrição geral	<i>Contratação de empresa para fornecimento, instalação, configuração e treinamento de solução de segurança para autenticação multifator (MFA) para uso no Tribunal Regional Eleitoral do Pará.</i>
Motivação, Objetivos e Benefícios	<p><i>A implantação do MFA (autenticação de múltiplos fatores) em uma organização traz diversas vantagens para a segurança das informações e dos sistemas. Algumas das principais vantagens incluem:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Melhora a segurança: a autenticação de múltiplos fatores ajuda a proteger as contas de usuário contra ataques de phishing, roubo de senhas e outros tipos de fraude. Ao adicionar uma camada extra de segurança, os hackers têm mais dificuldade em invadir as contas de usuários, já que precisariam ter acesso tanto às credenciais de login quanto ao dispositivo físico do usuário;</i> <i>Reduz o risco de violação de dados: Com o MFA, as credenciais de login não são suficientes para acessar as informações sensíveis, mesmo que as senhas tenham sido comprometidas. Isso ajuda a reduzir o risco de violação de dados e a proteger as informações confidenciais da empresa;</i> <i>Maior controle de acesso: A autenticação de múltiplos fatores permite que a organização tenha maior controle sobre quem tem acesso aos seus sistemas e aplicativos. Ao adicionar mais etapas para verificar a identidade do usuário, a empresa pode garantir que apenas usuários autorizados acessem os recursos da empresa;</i> <i>Conformidade com regulamentações: Muitas regulamentações exigem a adoção de medidas de segurança adicionais, como o MFA, para proteger as informações confidenciais. A adoção do MFA ajuda a garantir que a organização esteja em conformidade com as regulamentações de segurança.</i>
Referencial Estratégico	FTIC - Fortalecimento da Estratégia Nacional De Tíc e de Proteção de Dados ▾
Referencial Legal	Resolução CNJ nº 396/2021 ▾ Portaria CNJ Nº 162/2021 ▾ Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024) ▾
Orçamento estimado	R\$650.000,00
Período (início e fim)	Junho de 2023 a Outubro de 2023
Unidades Responsáveis	SDC - Seção de Defesa Cibernética ▾
Principais Clientes	Magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras, colaboradores.
Contratos Relacionados	N/A

GRÁFICOS E OUTRAS IMAGENS DE APOIO



PDTI 09 - SOLUÇÃO DE SIEM COM ELASTICSEARCH E KIBANA	
Descrição geral	Contratação de empresa especializada em solução tecnológica baseada no produto Elasticsearch (X-PACK), compreendendo fornecimento de software e prestação de serviços técnicos especializados.
Motivação, Objetivos e Benefícios	<p>O Elasticsearch e o Kibana são duas ferramentas bastante utilizadas para análise de dados e pesquisa em tempo real.</p> <p>A aquisição do licenciamento dessas ferramentas tem por objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Armazenar e gerenciar grandes volumes de dados de maneira escalável e eficiente;• Realizar pesquisas em tempo real em grandes conjuntos de dados;• Analisar e visualizar dados para entender tendências, padrões e anomalias;• Facilitar a tomada de decisões difíceis com base nos dados analisados;• Integrar com outras ferramentas de análise de dados e gerenciamento de logs para coletar dados de várias fontes. <p>Alguns dos principais benefícios de usar essas ferramentas incluem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Escalabilidade: o Elasticsearch é altamente escalável e pode lidar com grandes volumes de dados, o que o torna ideal para ambientes de TI com necessidades crescentes de armazenamento e análise de dados;• Velocidade e desempenho: o Elasticsearch é projetado para pesquisas em tempo real, tornando-o ideal para gestores que precisam acessar rapidamente grandes volumes de dados para tomada de decisões;• Facilidade de uso: o Kibana oferece uma interface amigável para consulta e análise de dados, permitindo que os usuários criem visualizações personalizadas e dashboards;• Integração com outras ferramentas: O Elasticsearch pode ser integrado a outras ferramentas de análise de dados e gerenciamento de logs, permitindo que as empresas coletem e analisem dados de várias fontes;• Eficiência na pesquisa: o Elasticsearch é projetado para apoiar pesquisas complexas e refinadas, permitindo que as empresas localizem rapidamente conforme as informações necessárias.
Referencial Estratégico	FTIC - Fortalecimento da Estratégia Nacional De Tic e de Proteção de Dados ▾
Referencial Legal	Resolução CNJ nº 370/2021 ▾ Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024) ▾ Resolução CNJ nº 396/2021 ▾
Orçamento estimado	R\$85.000,00 (3 anos)
Período (início e fim)	Junho de 2023 a Outubro de 2023
Unidades Responsáveis	SSC - Seção de Soluções Corporativas ▾
Principais Clientes	Magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras, colaboradores.
Contratos Relacionados	N/A
Observações	Processo SEI Associado
GRÁFICOS E OUTRAS IMAGENS DE APOIO	

PDTI 10 - PROGRAMA DE CONSCIENTIZAÇÃO E CULTURA EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Descrição geral	<i>O desenvolvimento da cultura em Segurança da Informação é um conjunto de ações de fomento de valores, conceitos e comportamentos adotados por uma organização com o objetivo de proteger seus ativos de informação.</i>
Motivação, Objetivos e Benefícios	<p><i>Dentre as principais motivações, objetivos e benefícios da adoção de um programa de cultura em Segurança da Informação no TRE-PA, podemos destacar:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• <i>Conscientização: O programa ajuda a conscientizar os magistrados, servidores e colaboradores sobre a importância da segurança da informação e dos riscos associados à negligência ou má utilização dos dados;</i>• <i>Proteção: O desenvolvimento de um programa continuado de cultura da segurança da informação auxilia na compreensão da necessidade de proteger os dados e informações sensíveis da organização, prevenindo ataques cibernéticos e outras ameaças;</i>• <i>Adesão à regulamentação: O programa ajuda a atender às regulamentações de segurança e conformidade, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Estratégia Nacional do Poder Judiciário de Segurança Cibernética. Além disso, o programa ajuda a fortalecer a confiança dos stakeholders na implantação da segurança da informação organização, demonstrando que a segurança da informação é uma prioridade;</i>• <i>Redução de riscos: O programa ajuda a reduzir os riscos associados à violação de dados, assim como prejuízos à imagem institucional, como multas e ações judiciais</i>
Referencial Estratégico	FTIC - Fortalecimento da Estratégia Nacional De Tic e de Proteção de Dados ▾
Referencial Legal	Resolução CNJ nº 396/2021 ▾ Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024) ▾
Orçamento estimado	
Período (início e fim)	Maio de 2023 a Dezembro de 2024
Unidades Responsáveis	CGSI - Coordenadoria de Gestão da Segurança da Informação e Infraestrutura e Data C... ▾ SDC - Seção de Defesa Cibernética ▾
Principais Clientes	Magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras, colaboradores.
Contratos Relacionados	N/A
Observações	<p><i>Ações associadas:</i></p> <ol style="list-style-type: none">1) <i>Programa de correição em segurança da informação nas unidades das Secretarias e Zonas Eleitorais</i>2) <i>Divulgação de conteúdos e notícias sobre segurança da informação por meio de Portais, mídias no Canal de TVs do TRE-PA e cartilhas sobre o tema.</i>3) <i>Plataforma de conscientização em Segurança da Informação KnowBe4</i>4) <i>Elaboração e projeto de evento para divulgação sobre o tema no Dia Internacional da Segurança da Informação - 30 de novembro.</i>

GRÁFICOS E OUTRAS IMAGENS DE APOIO



PDTI 11 - DESENVOLVIMENTO DE PROTOCOLOS DE GESTÃO DE CRISES, INCIDENTES E INVESTIGAÇÃO DE ILÍCITOS CIBERNÉTICOS

Descrição geral	<p><i>Ação de desenvolvimento dos seguintes protocolos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento de Crises Cibernéticas • Prevenção de Incidentes Cibernéticos • Investigação para Ilícitos Cibernéticos
Motivação, Objetivos e Benefícios	<p><i>O Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas e o Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos são ferramentas importantes para garantir a segurança das informações de uma organização. O objetivo desses protocolos é estabelecer um conjunto de procedimentos e diretrizes para prevenir, detectar e gerenciar incidentes cibernéticos que possam afetar a organização.</i></p> <p><i>A justificativa para o desenvolvimento desses protocolos está relacionada à crescente ameaça de ataques cibernéticos que as organizações enfrentam atualmente. Com a evolução da tecnologia e a expansão do uso da internet, os riscos de ataques cibernéticos aumentaram significativamente, tornando-se uma das maiores ameaças à segurança das informações.</i></p> <p><i>Por isso, é fundamental que o TRE-PA desenvolva protocolos bem definidos para lidar com incidentes cibernéticos e mitigar seus impactos. Esses protocolos estabelecem diretrizes claras para ações preventivas, detecção precoce, investigação, mitigação e resposta a incidentes cibernéticos, incluindo o gerenciamento de crises.</i></p> <p><i>Além disso, os protocolos de prevenção e gerenciamento de crises cibernéticas também ajudam as organizações a se adequar às regulamentações e leis de segurança da informação, garantindo a privacidade e a integridade das informações e dados de clientes, parceiros e colaboradores.</i></p>
Referencial Estratégico	FTIC - Fortalecimento da Estratégia Nacional De Tic e de Proteção de Dados ▾
Referencial Legal	Resolução CNJ nº 396/2021 ▾ Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TRES (2021 a 2024) ▾ Portaria CNJ Nº 162/2021 ▾
Orçamento estimado	N/A
Período (início e fim)	Maio de 2023 a Dezembro de 2024
Unidades Responsáveis	CGSI - Coordenadoria de Gestão da Segurança da Informação e Infraestrutura e Data C... ▾
Principais Clientes	Magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras, colaboradores.
Contratos Relacionados	N/A

GRÁFICOS E OUTRAS IMAGENS DE APOIO





● **CORSUP - COORDENADORIA DE REDES E SUPORTE:**

PDTI 12 - CARTÓRIO CONECTADO 2.0	
Descrição geral	<i>Melhorias direcionadas aos Cartórios Eleitorais do TRE-PA, englobando: ampliações de equipamentos tecnológicos, novos serviços de conectividade, serviços de acessibilidade digital à população de cada município e melhoria na produtividade da Justiça Eleitoral paraense.</i>
Motivação, Objetivos e Benefícios	<p><i>Visando reduzir eventuais impactos ao público por não atendimento em face de caso fortuito ou por motivo de força maior, busca-se garantir a disponibilidade de acesso aos serviços eleitorais, com mais eficiência, para alcance da acessibilidade digital plena, voltando as atenções para os eleitores, os advogados e todo o jurisdicionado.</i></p> <p><i>Sendo a Justiça Eleitoral vanguarda na disponibilização de serviços tecnológicos e conectados, seguindo ainda as orientações e recomendações do Conselho Nacional de Justiça e as boas práticas de atendimento ao público em geral, manter seus pontos de atendimento conectados de forma continuada e ininterrupta, com equipamentos atualizados, com qualidade e rapidez de acesso, é assegurar acessibilidade digital à sociedade da circunscrição eleitoral e além, inclusive no mundo virtual, onde quer que esteja aquele que precise desta Especializada.</i></p> <p><i>Assim, o Projeto Cartório Conectado 2.0, propõe-se a ser uma segunda e ampla fase de uma série de melhorias e ampliações de equipamentos tecnológicos e de conectividade nos cartórios eleitorais paraenses. Com ele busca-se que todas as Zonas Eleitorais sejam conectadas através de fibra óptica de alta velocidade e com redundância de meios, aumentando a disponibilidade e a velocidade dos serviços. Todos os equipamentos terão, no máximo, 05 (cinco) anos de obsolescência, telefonia interconectada VOIP, notebooks e uma rede sem fio pública para acesso aos serviços eletrônicos da Justiça Eleitoral de forma autônoma como certidões, consulta local de votação, justificativa eleitoral e atendimento eletrônico para os eleitores, consulta ao PJE, dentre outros.</i></p> <p><i>Registre-se também que a nova infraestrutura tecnológica possibilitará a expansão dos Pontos de Inclusão de Digital (PID) em todas as Mesorregiões e a individualização do acesso ao Balcão Virtual no 1º Grau de Jurisdição.</i></p> <p><i>O objetivo do projeto é de prover infraestrutura de acesso e equipamentos às Zonas Eleitorais do Estado do Pará garantindo a manutenção de, ao menos, atividades cartorárias mínimas, inclusive de atendimento ao eleitor, buscando garantir a acessibilidade digital aos jurisdicionados, aos advogados e aos eleitores.</i></p>
Referencial Estratégico	FTIC2 - Índice de Atualização do Parque Computacional ▾
Referencial Legal	Resolução CNJ nº 370/2021 ▾ LEI Nº 13.709/2028 (LGPD) ▾
Orçamento estimado	R\$7.500.000,00
Período (início e fim)	Maio de 2023 a setembro de 2023
Unidades Responsáveis	CORSUP - Coordenadoria de Redes e Suporte ▾
Principais Clientes	Zonas Eleitorais, eleitoras, eleitores.
Contratos Relacionados	N/A
GRÁFICOS E OUTRAS IMAGENS DE APOIO	
	

● **COLOG - COORDENADORIA DE LOGÍSTICA DE ELEIÇÕES:**

PDTI 13 - VOTA ÁGIL	
Descrição geral	<i>Propor a redução do quantitativo de eleitores por seção e por mesa receptora de votos, visando a uma eleição com menor espera para votação ao eleitor, e com menor tempo de encerramento ao mesário.</i>
Motivação, Objetivos e Benefícios	<p><i>Na medida em que cresce o eleitorado paraense é preciso pensar em soluções que permitam a boa distribuição dos locais de votação; o número ideal de eleitores por seção, independente do formato da eleição e do número de cargos; a acessibilidade plena e o exercício livre e tranquilo do direito ao voto.</i></p> <p><i>Com o advento da identificação biométrica nas urnas eletrônicas - procedimento mais seguro de liberação do voto, porém mais demorado - tem-se alcançado horários cada vez mais tardios no encerramento da votação, em especial nas Eleições Gerais. A formação de grandes filas de eleitores nos locais de votação se tornou a regra, em especial nos locais de votação de grandes centros urbanos, em que há maior quantidade de seções e de eleitores por unidade. É notório ainda o descontentamento dos mesários e dos eleitores com a votação estendendo-se além das 17 horas e, em alguns casos, passando das 21 horas. Em cascata, com a demora do encerramento da votação, ainda há o prejuízo efetivo à logística de eleições e os riscos dos deslocamentos noturnos nas estradas com pouca infraestrutura ou nos rios paraenses, tornando-se inócuos os recursos investidos em pontos de transmissão e transportes individualizados.</i></p> <p><i>É necessário então tomar por conta os dados do cadastro eleitoral e dados históricos das urnas eletrônicas do tempo médio de votação, para rever o número de eleitores por seção, criar novos locais de votação e estabelecer parcerias com entes locais para garantir o atendimento da demanda. Tendo como principais objetivos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ● Reduzir o número de eleitores por seção/mesa receptora de votos no Estado do Pará; ● Reduzir o horário de encerramento das seções eleitorais; ● Reduzir o tempo de espera dos eleitores em fila para votação; ● Aumentar o grau de satisfação de mesários, eleitores e da sociedade em geral com as Eleições no Estado do Pará; ● Melhorar e aprimorar a acessibilidade; ● Reduzir riscos de prejuízos à logística de apuração.
Referencial Estratégico	GSPE - Gestão e Segurança Do Processo Eleitoral ▾
Referencial Legal	Resolução CNJ nº 370/2021 ▾ LEI Nº 13.709/2028 (LGPD) ▾
Orçamento estimado	
Período (início e fim)	Outubro de 2022 a junho de 2024
Unidades Responsáveis	COLOG - Coordenadoria de Logística de Eleições ▾
Principais Clientes	Eleitoras, eleitores.
Contratos Relacionados	N/A
GRÁFICOS E OUTRAS IMAGENS DE APOIO	

PDTI 14 - ELEIÇÕES NO MAPA	
Descrição geral	Georreferenciamento, catalogação e mapeamento do acesso dos mais de 5.400 locais de votação do Estado, realizando uma revisão geral e da logística de eleições.
Motivação, Objetivos e Benefícios	<p>O orçamento da logística de eleições no Estado do Pará vem aumentando a cada biênio, à medida que há um crescimento do eleitorado do Estado. Por outro lado, o modelo de contratações dessa logística vem sendo replicado e aumentando continuamente (a cada eleição há mais veículos, mais técnicos, mais pontos de transmissão, mais BGANS, entre outros). Esse aumento progressivo nas contratações - e consequente aumento de valores do orçamento - não vem significando melhoria na rapidez ou na qualidade da apuração dos resultados, e nem se justificando com o passar do tempo.</p> <p>Há outros modelos de contratação e medidas que podem ser tomadas pela Administração para minimizar os efeitos do crescimento populacional, que não necessariamente ensejem uma relação diretamente proporcional entre eleitorado e orçamento/insumos de logística, que é o que este projeto se propõe a analisar. Dessa forma, urge a necessidade de revisar a logística no Pará como um todo, preservando o orçamento e alcançando níveis maiores de eficiência na gestão do orçamento público nessa etapa importantíssima da eleição, com utilização adequada dos meios de transporte necessários, o correto tipo de contratação e uma logística otimizada de apuração, valendo-se do equilíbrio entre atender aos anseios de entrega célere e segura dos resultados à população, no menor custo possível para o evento.</p> <p>Tendo como principais objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Eficiência na gestão do orçamento de pleitos;• Entregar os resultados da eleição nos termos que a sociedade espera do Tribunal, considerando-se o custo - benefício dos gastos e o gerenciamento dos recursos humanos empregados (servidores, técnicos, mesários e eleitores convocados para funções especiais).
Referencial Estratégico	GSPE - Gestão e Segurança Do Processo Eleitoral ▾
Referencial Legal	Resolução CNJ nº 370/2021 ▾ LEI Nº 13.709/2028 (LGPD) ▾
Orçamento estimado	R\$375.298,00
Período (início e fim)	Janeiro de 2023 a junho de 2024
Unidades Responsáveis	COLOG - Coordenadoria de Logística de Eleições ▾
Principais Clientes	TRE-PA.
Contratos Relacionados	N/A
GRÁFICOS E OUTRAS IMAGENS DE APOIO	



● **COSIS - COORDENADORIA DE SISTEMAS:**

PDTI 15 - IARA JUD	
Descrição geral	<p><i>Utilização das técnicas de IA da Plataforma Sinapse do CNJ, com mecanismos de aprendizado inteligente nas mais diversas fases, fluxos e classes processuais, de forma gradual, priorizando aquelas de maior necessidade e volume do TRE-PA.</i></p>
Motivação, Objetivos e Benefícios	<p><i>Superada a digitalização integral dos autos e, com o considerável volume de informações de julgados e processos já em meio digital no PJE, tanto no 1º, quanto no 2º grau de jurisdição, o judiciário eleitoral paraense passa a uma nova fase: a automação por meio de inteligência artificial de atos processuais como auxílio aos julgadores e assessores.</i></p> <p><i>A pesquisa Tecnologia Aplicada à Gestão dos Conflitos no Âmbito do Poder Judiciário com Ênfase em Inteligência Artificial, conduzida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), realizada sobre os tribunais que aplicam IA em seus projetos conclui que os projetos começaram a ser implementados pelos tribunais em 2018 e que, em síntese, comportam as seguintes funcionalidades:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Verificação das hipóteses de improcedência liminar do pedido nos moldes enumerados nos incisos do artigo 332 do Código de Processo Civil;</i> ● <i>Sugestão de minuta;</i> ● <i>Agrupamento por similaridade;</i> ● <i>Realização do juízo de admissibilidade dos recursos;</i> ● <i>Classificação dos processos por assunto;</i> ● <i>Tratamento de demandas de massa;</i> ● <i>Penhora on-line;</i> ● <i>Extração de dados de acórdãos;</i> ● <i>Reconhecimento facial;</i> ● <i>Chatbot;</i> ● <i>Cálculo de probabilidade de reversão de decisões;</i> ● <i>Classificação de petições;</i> ● <i>Indicação de prescrição;</i> ● <i>Padronização de documentos;</i> ● <i>Transcrição de audiências;</i> ● <i>Distribuição automatizada;</i> ● <i>Classificação de sentenças.</i> <p><i>A segunda edição da pesquisa, ampliou o levantamento das tecnologias utilizadas, as quais passaram a englobar a Inteligência Computacional/Inteligência Artificial e Analytics/Business Intelligence, mapeando as seguintes informações: equipe; aspectos técnicos; base de dados; avaliação e monitoramento. A amostra dos tribunais pesquisados se manteve a mesma da 1ª edição, e a metodologia incluiu um formulário mais abrangente, com maior número de variáveis para investigação.</i></p>

PDTI 15 - IARA JUD

Além disso, também foi feita consulta à Secretaria Judiciária, dada a devida priorização no tema (alinhado com o tema Sugestão de minuta): Sugestão de Despachos e Decisões monocráticas de baixa complexidade, pois a instituição possui um quadro reduzido de servidores para realizar a movimentação ordinária do processo, já que a confecção das decisões colegiadas demandam um tempo mais longo, por consequência observa-se um acúmulo de processos que dependem tão somente de despachos de mero expediente e decisões simples. Uma vez implementado o CASE 1 e após o domínio da técnica, a IA será aplicada gradualmente em outros escopos, tais como: Verificação das hipóteses de improcedência liminar do pedido nos moldes enumerados nos incisos do artigo 332 do Código de Processo Civil;

- Sugestão de minuta;
- Agrupamento por similaridade;
- Realização do juízo de admissibilidade dos recursos;
- Classificação dos processos por assunto;
- Tratamento de demandas de massa;
- Penhora on-line;
- Extração de dados de acórdãos;
- Reconhecimento facial;
- Chatbot;
- Cálculo de probabilidade de reversão de decisões;
- Classificação de petições;
- Indicação de prescrição;
- Padronização de documentos;
- Transcrição de audiências;
- Distribuição automatizada;
- Classificação de sentença

Tendo como principal objetivo a redução do tempo para produção de documentos e maior padronização nos documentos produzidos por um órgão judiciária.

Referencial Estratégico

APPJ - Agilidade e Produtividade Na Prestação Jurisdicional ▾

Referencial Legal

Resolução CNJ nº 370/2021 ▾

LEI Nº 13.709/2028 (LGPD) ▾

Orçamento estimado

R\$40.000,00

Período (início e fim)

Março de 2023 a dezembro de 2023

Unidades Responsáveis

COSIS - Coordenadoria de Sistemas ▾

Principais Clientes

Magistradas, magistrados, Secretaria Judiciária.

Contratos Relacionados

N/A

GRÁFICOS E OUTRAS IMAGENS DE APOIO

